

Michel Thiollent

Metodologia da Pesquisa-Ação

18ª edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Thiollent, Michel, 1947-
Metodologia da pesquisa-ação / Michel Thiollent. — 18. ed.
— São Paulo : Cortez, 2011.

Bibliografia.
ISBN 978-85-249-1716-5

1. Ciências sociais — Pesquisa 2. Metodologia 3. Pesquisa
4. Pesquisa-ação 5. Pesquisa — Metodologia I. Título.

11-02848

CDD-001.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Metodologia da pesquisa-ação 001.42
2. Pesquisa-ação : Metodologia 001.42

 **CORTEZ**
EDITORA

“A pesquisa-ação é inovadora do ponto de vista científico somente quando é inovadora do ponto de vista sociopolítico, isto quer dizer, quando tenta colocar o controle do saber nas mãos dos grupos e das coletividades que expressam uma aprendizagem coletiva tanto na sua tomada de consciência como no seu comprometimento com a ação coletiva” (Zuñiga, 1981, p. 35-44).

A função política da pesquisa-ação é frequentemente pensada como colocação de um instrumento de investigação e ação à disposição dos grupos e classes sociais populares. Segundo R. Franck, o principal objetivo da pesquisa-ação não é apenas o entrosamento da pesquisa e da ação, pois um tal entrosamento existe em muitas pesquisas convencionais a serviço dos grupos dominantes na vida econômica e política. A principal questão é a seguinte: “como a pesquisa (...) poderia tornar-se útil à ação de simples cidadãos, organizações militantes, populações desfavorecidas e exploradas?” (Franck, 1981, p. 160-6).

Capítulo II

Concepção e organização da pesquisa

Vamos abordar uma série de temas e itens relacionados com os aspectos práticos da concepção e da organização de uma pesquisa social orientada de acordo com os princípios da pesquisa-ação. Trata-se de apresentar um roteiro que, naturalmente, não deve ser visto como sendo exaustivo ou como o único possível. Em cada situação os pesquisadores, juntos com os demais participantes, precisam redefinir tudo o que eles podem fazer. Nosso “roteiro” é apenas um ponto de partida.

O planejamento de uma pesquisa-ação é muito flexível. Contrariamente a outros tipos de pesquisa, não se segue uma série de fases rigidamente ordenadas.* Há sempre um vaivém entre várias preocupações a serem adaptadas em função das circunstâncias e da dinâmica interna do grupo de pesquisadores no seu relacionamento com a situação investigada.

A lista dos temas que apresentamos aqui segue parcialmente uma ordem sequencial no tempo: em primeiro lugar aparece a “fase exploratória” e, no final, a “divulgação dos resultados”. Mas, na verdade, os temas intermediários não foram ordenados numa determinada sequência temporal, pois há um constante vaivém entre as preocupações de organizar um seminário, escolher um tema, colocar um problema, coletar dados, colocar outro pro-

* Todavia, vários autores partidários da pesquisa participante têm proposto sequências e fases bem definidas. Ver artigos de M. Gajardo e G. Le Boterf em C. R. Brandão (org.). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 15-50 e p. 51-81.

blema, cotejar o saber formal dos especialistas com o saber informal dos "usuários", colocar outro problema, mudar de tema, elaborar um plano de ação, divulgar resultados etc. Todas essas tarefas não são consideradas como "fases". Em geral, quando os planejadores de pesquisa elaboram *a priori* uma divisão em fases, eles sempre têm de infringir a ordem em função dos problemas imprevistos que aparecem em seguida. Preferimos apresentar o ponto de partida e o ponto de chegada, sabendo que, no intervalo, haverá uma multiplicidade de caminhos a serem escolhidos em função das circunstâncias.

1. A fase exploratória

A fase exploratória consiste em descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e estabelecer um primeiro levantamento (ou "diagnóstico") da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações. Nesta fase também aparecem muitos problemas práticos que são relacionados com a constituição da equipe de pesquisadores e com a "cobertura" institucional e financeira que será dada à pesquisa.

Devido à grande diversidade das situações e à sua imprevisibilidade, é impossível enunciarmos regras precisas para organizar os estudos da fase exploratória. Só daremos algumas indicações.

Um dos pontos de partida consiste na disponibilidade de pesquisadores e na sua efetiva capacidade de trabalhar de acordo com o espírito da pesquisa-ação. O passo seguinte consiste em apreciar prospectivamente a viabilidade de uma intervenção de tipo pesquisa-ação no meio considerado. Trata-se de detectar apoios e resistências, convergências e divergências, posições otimistas e céticas etc. Com o balanço destes aspectos, o estudo de viabilidade permite aos pesquisadores tomarem a decisão e aceitarem o desafio da pesquisa sem criar falsas expectativas. Além do mais, é necessário conceber o lançamento da pesquisa com a habilidade necessária para sua aceitação por parte dos interessados e, eventualmente, das instituições financiadoras. Uma vez resolvidos esses problemas — o que nem sempre é fácil — a pesquisa poderá começar.

Nos seus primeiros contatos com os interessados, os pesquisadores tentam identificar as expectativas, os problemas da situação, as características da população e outros aspectos que fazem parte do que é tradicional-

mente chamado "diagnóstico". Paralelamente a esses primeiros contatos, a equipe de pesquisa coleta todas as informações disponíveis (documentação, jornais etc.).

Em função da competência e do grau de envolvimento dos pesquisadores com a linha da pesquisa-ação, a equipe define sua estratégia metodológica e divide as tarefas consequentes: pesquisa teórica, pesquisa de campo, planejamento de ações etc. A divisão das tarefas nunca é estanque e definitiva. Os pesquisadores participam de todas elas, porém as responsabilidades são distribuídas em função das competências e afinidades. Todos os aspectos são coordenados no seminário. Quando for preciso, também é organizado, na fase inicial, um treinamento complementar para os pesquisadores.

De acordo com o princípio da participação, são destacadas as condições da colaboração entre pesquisadores e pessoas ou grupos envolvidos na situação investigada. Quem são essas pessoas ou grupos em termos sociais e culturais? A que interesses políticos estão vinculados? Já participaram em experiências semelhantes? Com êxito ou fracasso? Dentro da imaginação popular, como são representados os problemas e possíveis soluções? Que tipo de crença está interferindo? Existe vontade de participar? De que forma? Existe dificuldade de compreensão ou de expressão? Tais são algumas perguntas iniciais cujas respostas podem nortear a exploração dos problemas de participação dos potenciais interessados. Além disso, os pesquisadores costumam praticar um reconhecimento de área. Isto inclui observação visual, consulta de mapas e organogramas e discussão direta com representantes diretos ou indiretos das várias categorias sociais implicadas.

No que diz respeito à metodologia de "diagnóstico", devemos acrescentar algumas precisões. Embora seja frequentemente incorporada à metodologia da pesquisa-ação, a metodologia de diagnóstico possui outras origens (medicina, serviço social etc.) e tem sido concebida de modo não participativo, estabelecendo uma dicotomia entre quem estabelece o resultado do diagnóstico e quem deve se conformar ao mesmo. No contexto médico, a terminologia dos métodos de diagnóstico não apresenta noções de caráter participativo e não destaca noções relacionadas com as potencialidades e a iniciativa própria dos pacientes objeto do diagnóstico.

No contexto do serviço social, os autores têm distinguido o diagnóstico como "processo" do diagnóstico e como "produto". De acordo com a

primeira acepção, trata-se de um “processo de identificação dos problemas de uma situação e decisão de meios adequados para encontrar soluções” (Vaisbisch, 1981). Na segunda, o diagnóstico é constituído pelas informações a partir das quais são estabelecidas as metas de ação. Dentro do processo de diagnóstico, os membros da população podem exercer alguma forma de participação, mas, a nosso ver, nem todas as práticas do serviço social permitem a participação e, sobretudo em contexto empresarial, muitos diagnósticos do serviço social são elaborados à revelia dos interessados (trabalhadores assalariados).

Outras críticas à concepção do diagnóstico foram formuladas, no contexto peculiar dos estudos rurais, por Ivandro da Costa Sales, José Augusto dos Santos Ferro e Maria Nelly Cavalcanti Carvalho (1984, p. 32-44). Os autores mostram que a concepção dominante em matéria de diagnóstico falseia a realidade do pequeno produtor rural, que sempre é visto apenas como “carente”. O diagnóstico sempre focaliza o que falta: educação, recursos etc. Não são enxergadas as potencialidades dos produtores e do seu meio circundante. Há também o privilegiamento da percepção dos produtores como indivíduos isolados em detrimento da sua apreensão como grupos fazendo parte do processo da produção coletiva. Os autores enfatizam que, em matéria de produção de conhecimento, o modo tradicional de diagnosticar exerce profundas distorções: o processo de conhecimento é reduzido a uma coleta de dados na qual os produtores são meros informantes (Sales, Ferro e Carvalho, 1984, p. 35). Encontramos no artigo citado uma grande quantidade de outras observações muito pertinentes para criticar a concepção tradicional do diagnóstico e desenvolver uma “perspectiva de aprendizagem da participação” e uma forma de colaboração ativa entre os saberes dos produtores, dos técnicos e dos acadêmicos. Além da área da pesquisa rural, esta perspectiva nos parece sugestiva e aplicável, com adaptações, em muitas outras áreas.

Voltando à caracterização da fase exploratória da pesquisa, na qual a metodologia dos diagnósticos precisa ser reequacionada, podemos considerar que, após o levantamento de todas as informações iniciais, os pesquisadores e participantes estabelecem os principais objetivos da pesquisa. Os objetivos dizem respeito aos problemas considerados como prioritários, ao campo de observação, aos atores e ao tipo de ação que estarão focalizados no processo de investigação.

2. O tema da pesquisa

O tema da pesquisa é a designação do problema prático e da área de conhecimento a serem abordados. Por exemplo, podemos imaginar uma pesquisa sobre o tema: os acidentes de trabalho na indústria metalúrgica. Este tema é imediatamente associado ao problema prático: como reduzir os acidentes? O tema pode ser definido em termos concretos como relacionado a um campo bem delimitado, por exemplo, os acidentes com prensas na companhia X, ou, ao contrário, ser definido de modo mais conceitual: estrutura de riscos numa relação homem-máquina. De modo geral, o tema deve ser definido de modo simples e sugerir os problemas e o enfoque que serão selecionados. Na pesquisa-ação, a concretização do tema e seu desdobramento em problemas a serem detalhadamente pesquisados são realizados a partir de um processo de discussão com os participantes. É útil que a definição seja a mais precisa possível, isto é, sem ambiguidades, tanto no que se refere à delimitação empírica, quanto no que remete à delimitação conceitual.

Uma vez definido, o tema é utilizado como “chave” de identificação e de seleção de áreas de conhecimento disponível em ciências sociais e outras disciplinas relevantes. No exemplo anterior, elementos de conhecimento serão localizados nas áreas de psicologia industrial, tecnologia, ergonomia, direito trabalhista etc.

A formulação do tema pode ser descritiva: as condições de trabalho na indústria têxtil. Também existe uma formulação de caráter normativo: como melhorar as condições de trabalho na indústria têxtil. Embora muitas vezes seja precária a distinção entre o que é descritivo e o que é normativo, parece-nos necessário tê-la em mente na hora de definir a temática de uma pesquisa-ação. A ação é obrigatoriamente orientada em função de uma norma. No caso, a “melhoria” sempre supõe um “ideal” em comparação ao qual a situação real deveria ser transformada. A “melhoria” é definida em termos relativos, marcando a diferença entre o que é e o que desejamos que seja. Na pesquisa-ação, o caráter normativo das propostas é explicitamente reconhecido. As normas ou critérios das transformações imaginadas são progressivamente definidas. Na prática, as normas de ação dão lugar, algumas vezes, a negociações entre as diversas categorias de participantes.

Em geral o tema é escolhido em função de um certo tipo de compromisso entre a equipe de pesquisadores e os elementos ativos da situação a

ser investigada. Em certos casos, o tema é de antemão determinado pela natureza e pela urgência do problema encontrado na situação. Por exemplo: nos casos de uma remoção de favela ou de uma campanha popular para construir escolas. Em outros casos, o tema emerge progressivamente das discussões exploratórias entre pesquisadores e elementos ativos da situação. Quando um primeiro tema se revelar inviável a curto prazo, por exemplo, por motivo de demasiada complexidade ou de despreparo da equipe, é bom delimitar um tema que esteja ao alcance dentro de um prazo razoável, levando em conta as condições concretas de atuação dos diversos grupos implicados.

Muitos autores consideram que são apenas as populações que determinam o tema. Outros dizem que há sempre uma adequação a ser estabelecida entre as expectativas da população e as da equipe de pesquisadores. A nosso ver, deve haver entendimento. Um tema que não interessar à população não poderá ser tratado de modo participativo. Um tema que não interessar aos pesquisadores não será levado a sério e eles não desempenharão um papel eficiente.

O acordo entre participantes e entre pesquisadores e participantes deve ser procurado. Quando houver conflitos de interesses, a escolha do tema poderá se revelar delicada. Quando possível, o consenso é ideal. No amadurecimento do tema em discussões preliminares, a equipe de pesquisadores desempenha um papel ativo.

Frequentemente, o tema é solicitado pelos atores da situação. Às vezes, sendo mal colocado o problema prático relacionado com o tema inicial, os pesquisadores precisam deslocar um pouco a perspectiva por meio de discussão. No entanto, deve-se deixar bem claro que o tema e as questões práticas a serem tratadas devem ser absolutamente endossadas pelos participantes, pois não poderiam participar numa pesquisa sobre temas distantes de suas preocupações.

Junto com as pessoas que solicitaram a pesquisa, os pesquisadores elucidam a natureza e as dimensões dos problemas designados pelo tema. Tais problemas têm que ser definidos de modo bastante prático e claro aos olhos de todos os participantes, porque a pesquisa será organizada em torno da busca de soluções.

Uma vez selecionados o tema e os problemas iniciais, os pesquisadores poderão enquadrá-los num marco referencial mais amplo, de natureza

teórica. Por exemplo, no caso de um estudo de ação junto a uma população dita "marginalizada", os pesquisadores procuram dominar a discussão acerca da problemática da "marginalidade social" e, inclusive, das críticas a que está submetida no contexto atual das ciências sociais.

De acordo com o que precede, entre os diversos quadros teóricos disponíveis um marco específico é escolhido para nortear a pesquisa e, principalmente, atribuir relevância a certas categorias de dados a partir das quais serão esboçadas as interpretações e equacionadas as possíveis "soluções". É claro que, nesse processo, os pesquisadores não podem aprender tudo o que precisam apenas no contato com as populações. Precisam de uma formação anterior, a mais completa possível, para estarem em condição de definir a problemática adequada ao desenrolar da prática de pesquisa. Nesta fase, a pesquisa bibliográfica é necessária. É possível, também, recorrer ao saber de diversos especialistas dos assuntos implicados, desde que tenham interesse em colaborar no projeto.

Quando os pesquisadores têm os objetivos de pesquisa bem definidos, podem progredir no conhecimento teórico sem deixar de lado a resolução dos problemas práticos sem a qual a pesquisa-ação não faria sentido e não haveria participação. O estudo se desenrola paralelamente ao acompanhamento da ação e dela depende a manutenção do interesse dos participantes. Nesta concepção, a pesquisa não é limitada aos aspectos práticos. Não se trata de simples ação pela ação. A mediação teórico-conceitual permanece operando em todas as fases de desenvolvimento do projeto.

3. A colocação dos problemas

Na fase inicial de uma pesquisa — seja qual for a sua estratégia ativa ou não —, junto com a definição dos temas e objetivos precisamos dar atenção à colocação dos principais problemas a partir dos quais a investigação será desencadeada. Noutras palavras, trata-se de definir uma problemática na qual o tema escolhido adquira sentido.

Em termos gerais, uma problemática pode ser considerada como a colocação dos problemas que se pretende resolver dentro de um certo campo teórico e prático. Um mesmo tema (ou assunto) pode ser enquadrado em problemáticas diferentes. Por exemplo, problemas de saúde podem ser inseridos numa problemática de medicina ou numa problemática social ou

política. A colocação dos problemas é feita em universos diferentes. A problemática é o modo de colocação do problema de acordo com o marco teórico-conceitual adotado.

Na pesquisa científica, o problema ideal pode remeter à constatação de um fato real que não seja adequadamente explicado pelo conhecimento disponível. Um outro tipo de problema remete às ambiguidades internas existentes nas explicações anteriormente produzidas. O porquê dessas situações constitui o problema inicial, isto é, o ponto de partida interrogativo da investigação. Notamos, de passagem, que na clássica formulação de um problema, são relacionados pelo menos dois elementos. O problema diz respeito à relação entre um elemento real e um elemento explicativo inadequado ou à relação entre dois elementos explicativos concorrentes do mesmo fato. Se houvesse apenas um elemento não seria um problema, mas apenas um tema.

Em pesquisa social aplicada, e em particular no caso da pesquisa-ação, os problemas colocados são inicialmente de ordem prática. Trata-se de procurar soluções para se chegar a alcançar um objetivo ou realizar uma possível transformação dentro da situação observada. Na sua formulação, um problema desta natureza é colocado da seguinte forma:

- a) análise e delimitação da situação inicial;
- b) delineamento da situação final, em função de critérios de desejabilidade e de factibilidade;
- c) identificação de todos os problemas a serem resolvidos para permitir a passagem de (a) a (b);
- d) planejamento das ações correspondentes;
- e) execução e avaliação das ações.

Este tipo de colocação de problemas práticos em contexto social é também encontrado em contextos técnicos. Certos autores chegam a caracterizá-lo como típico do modo de raciocínio tecnológico. Seja como for, consideramos que a colocação de problemas em termos de passagem de uma situação inicial para uma situação final é diferente da colocação de problemas em metodologia comparativa, na qual se trata de investigar as analogias ou as diferenças entre duas situações reais, diferenciadas apenas no tempo ou no espaço. No caso da passagem de uma situação inicial para uma situação final, trata-se de projetar uma situação desejada de acordo

com objetivos definidos e os meios ou soluções que tornam possível a realização desta situação. No caso comparativo, é sobretudo uma questão de observação, constatação, descrição e comparação das analogias, semelhanças ou diferenças existentes entre duas situações reais.

O problema de transformação colocado como passagem de uma situação inicial para uma situação final (ou desejada) é definido em função da estratégia ou dos interesses dos atores. O que exige que as normas ou critérios sejam constantemente evidenciados, tanto na busca de soluções quanto na seleção de soluções a partir das quais serão desencadeadas determinadas ações. Não é a partir de simples levantamentos descritivos que uma ação pode ser encaminhada. Há todo um trabalho sobre a normatividade, muitas vezes negado como tal, que é preciso equacionar no plano metodológico.

De acordo com o anterior, é claro que, para que haja realmente necessidade de uma pesquisa, os problemas colocados não devem ser triviais. Se coletar três ou quatro informações bastasse para resolver um problema do dia-a-dia ou para tomar uma decisão rotineira na vida de uma associação não precisaríamos desencadear um processo de investigação e ação. Na fase de colocação dos problemas é necessário testar ou discutir a relevância científica e prática do que está sendo pesquisado. Assim, é possível redirecionar a pesquisa ou até tomar a decisão de suspendê-la.

4. O lugar da teoria

Por ter uma vocação de pesquisa prática, a pesquisa-ação é frequentemente vista como uma concepção empirista da pesquisa social na qual não haveria muitas implicações teóricas. Bastaria o "bom senso" dos pesquisadores e a sabedoria popular dos participantes na identificação de problemas concretos e na busca de soluções.

No entanto, como já foi mencionado anteriormente, existem casos nos quais a preocupação teórica ocupa um espaço mais importante entre as diferentes preocupações dos pesquisadores. Isto ocorre em particular quando os problemas tratados não são "evidentes" no início e dão lugar a diversas problemáticas sociológicas ou outras. Assim, por exemplo, não nos parece possível encaminhar uma pesquisa-ação com participação de migrantes sem se ter uma visão clara do quadro de interpretação dos fenômenos migratórios. No contexto organizacional, não é possível desenvolver uma

pesquisa independentemente de um quadro teórico de natureza sociológica, tecnológica ou política. No contexto das comunicações, não parece viável uma pesquisa sobre a recepção das mensagens por parte de determinadas categorias de "público" se não houver uma teoria dos meios de comunicação.

De modo geral, podemos considerar que o projeto de pesquisa-ação precisa ser articulado dentro de uma problemática com um quadro de referência teórica adaptado aos diferentes setores: educação, organização, comunicação, saúde, trabalho, moradia, vida política e sindical, lazer etc. O papel da teoria consiste em gerar ideias hipóteses ou diretrizes para orientar a pesquisa e as interpretações.

No plano da organização prática da pesquisa, os pesquisadores devem ficar atentos para que a discussão teórica não desestime e não afete os participantes que não dispõem de uma formação teórica. Certos elementos teóricos deverão ser adaptados e "traduzidos" em linguagem comum para permitir um certo nível de compreensão. Além disso, quando a discussão teórica for incompatível com o nível de entendimento dos participantes, pode-se prever a organização de grupos de estudos separados do seminário central, cujas conclusões serão encaminhadas e discutidas em termos mais acessíveis.

A concepção da relação entre pesquisa-ação e teoria sociológica não é de caráter "forçado", o que quer dizer que não se devem construir "grandes" teorias apenas na base das informações alcançadas e coletivamente interpretadas no processo de pesquisa local.

A construção de uma teoria não depende apenas da informação colhida por intermédio de técnicas empíricas. A informação circunstanciada que é trazida ao seminário é interpretada à luz de uma teoria. É claro que, se a informação obtida de modo confiável chegar a pôr em dúvida certos elementos de uma teoria conhecida, o problema deverá ser objeto de estudos aprofundados por parte dos pesquisadores, que procurarão outros tipos de explicação a serem cotejados com as informações obtidas em novas situações empíricas.

5. Hipóteses

Como foi sugerido na discussão acerca das formas de raciocínio e de argumentação no seio da pesquisa social, o uso de um procedimento hipotético

tético não está excluído, só que de maneira suavizada. Apresentaremos aqui alguns aspectos desta concepção ao nível da prática.

Uma hipótese é simplesmente definida como suposição formulada pelo pesquisador a respeito de possíveis soluções a um problema colocado na pesquisa, principalmente ao nível observacional. Também existem hipóteses teóricas, mas aqui abordamos a questão sobretudo em matéria de observação e de ação. A hipótese desempenha um importante papel na organização da pesquisa: a partir da sua formulação, o pesquisador identifica as informações necessárias, evita a dispersão, focaliza determinados segmentos do campo de observação, seleciona os dados etc.

Ao se negar a utilizar hipóteses, inclusive sob a forma de diretrizes sem uma necessária mensuração precisa, um pesquisador social se expõe ao risco de produzir matérias confusas.

A formulação de hipóteses pertinentes depende de uma grande variedade de fatores: a problemática teórica na qual se movem os pesquisadores, o quadro de referência cultural dos participantes, os *insights* imprevisíveis surgidos na prática ou na discussão coletiva, as analogias detectadas entre o problema sob observação e outros problemas anteriormente encontrados etc.

Mesmo quando não se pretende trabalhar com hipóteses relacionando variáveis quantificáveis, é preciso observar muitos cuidados na sua formulação. A hipótese, ou a diretriz, deve ser formulada em termos claros e concisos, sem ambiguidade gramatical e designar os objetos em questão a respeito dos quais seja possível fornecer provas concretas ou argumentos convincentes, favoráveis ou não. Nesse ponto, precisamos evitar a falta de especificidade das definições adotadas no processo investigativo, pois termos demasiadamente gerais permitem "englobar" qualquer observação fatorial, como no caso do raciocínio mágico ou dos horóscopos.

No contexto que nos interessa, a formulação da hipótese não é necessariamente de forma causal entre os elementos ou variáveis considerados. Não se trata de querer mostrar que X determina Y. Para fins descritivos, a hipótese qualitativa é utilizada para organizar a pesquisa em torno de possíveis conexões ou implicações não causais, mas suficientemente precisas para se estabelecer que X tem algo a ver com Y na situação considerada.

Além do plano descritivo, a hipótese, sob forma de diretriz, é igualmente utilizada no plano normativo no que toca à orientação da ação, com aspectos estratégicos e táticos. Trata-se de hipóteses sobre o modo de

alcançar determinados objetivos, sobre os meios de tornar a ação mais eficiente e sobre a avaliação dos possíveis efeitos, desejados ou não. A formulação deste tipo de hipóteses supõe que critérios (ou normas de decisão, ação e avaliação) estejam claramente definidos e evidenciados entre os pesquisadores e participantes. A verificação de tais hipóteses se dá exclusivamente na prática. A justeza da hipótese acerca de uma norma passa pelo êxito da ação ou por uma constatação dos efeitos diretos ou indiretos dentro da situação em transformação.

Tanto no plano descritivo como no normativo, as hipóteses ou diretrizes são sempre modificáveis ou substituíveis em função das informações coletadas ou dos argumentos discutidos entre pesquisadores e participantes.

Além disso, lembramos que, no planejamento de uma pesquisa, não se encontra apenas uma hipótese e sim uma série de hipóteses articuladas em rede na qual diversas sub-hipóteses contribuem para sustentar uma hipótese principal. Em outros casos se encontra uma polarização de duas hipóteses excludentes.

Em função das hipóteses ou diretrizes escolhidas, os pesquisadores e participantes sabem quais são as informações que são necessárias e as técnicas de coleta a serem utilizadas. Na pesquisa-ação, recorre-se a técnicas de coleta de grupo e aos mais diversos procedimentos, inclusive questionários e entrevistas, que frequentemente são vistos com alguma suspeita por serem os instrumentos prediletos da pesquisa convencional. Mediante um controle metodológico adequado, essas técnicas são, no entanto, utilizadas como instrumentos de captação auxiliar.

Na sua concepção do chamado "inquérito conscientizante" C. Humbert e J. Merlo utilizam explicitamente o esquema de formulação de hipóteses e de comprovação por meio de indicadores e de respostas a questionários (Humbert, 1978; Merlo, 1982). Este esquema consiste na definição de um tema para cada um dos grupos de pesquisa. O tema remete a um "objeto-problema" específico a ser pesquisado. Por exemplo, o tema da não rentabilidade das pequenas propriedades rurais, considerado pelos autores na França, pode ser estudado em função do "objeto-problema" constituído pelo sistema de crédito rural. O objeto é analisado a partir de uma seleção de hipóteses. Uma hipótese é definida como "tentativa de resposta operativa à questão contida no objeto". As hipóteses são selecionadas em função da possibilidade de comprovação e de sua pertinência com relação à ação. Cada hipótese é verificada a partir de indicadores definidos como "elemen-

tos observáveis e mensuráveis escolhidos em função de sua capacidade de verificação da hipótese". No exemplo considerado, os indicadores são os critérios de atribuição de crédito aos pequenos produtores. A informação necessária para cada indicador é levantada por meio de diferentes instrumentos de pesquisa, entre os quais as técnicas de questionário e de entrevistas são as mais conhecidas.

Os dados levantados são computados de modo a mostrar a hipótese que tem maior sustentação empírica. Os resultados da pesquisa são, em seguida, amplamente divulgados no seio da população.

6. Seminário

A partir do momento em que os pesquisadores e os interessados na pesquisa estão de acordo sobre os objetivos e os problemas a serem examinados, começa a constituição dos grupos que irão conduzir a investigação e o conjunto do processo. A técnica principal, ao redor da qual as outras gravitam, é a do "seminário".

O seminário central reúne os principais membros da equipe de pesquisadores e membros significativos dos grupos implicados no problema sob observação. O papel do seminário consiste em examinar, discutir e tomar decisões acerca do processo de investigação. O seminário desempenha também a função de coordenar as atividades dos grupos "satélites" (grupos de estudos especializados, grupos de observação, informantes, consultores etc.). Os grupos de observação são constituídos por pesquisadores e por participantes comuns que podem chegar a desempenhar a função de pesquisador. Os grupos de observação podem recorrer a diversas técnicas de pesquisa individual ou coletiva. O seminário centraliza todas as informações coletadas e discute as interpretações. Suas reuniões dão lugar a "atas" com as informações reunidas, e dentro da perspectiva teórica adotada, o seminário elabora diretrizes de pesquisa (hipóteses) e diretrizes de ação submetidas à aprovação dos interessados, que serão testadas na prática dos atores considerados. As ações realmente desencadeadas são objeto de permanente acompanhamento e de avaliações periódicas. A partir do conjunto de informação processada, o seminário produz material. Parte deste material é de natureza "teórica" (análise conceitual etc.), outra parte é de natureza empírica (levantamentos, análise da situação etc.). Outra parte ainda, às vezes